

A violência invisível

Invisible violence

Maria Helena Machado¹, Manoel Carlos Neri da Silva²

É costume associar, quase sempre, violência a atos que atentam contra a integridade física. Nesse sentido, o caso recente ocorrido no Hospital de Emergência Souza Aguiar, na cidade do Rio de Janeiro, este ano, é emblemático: bandidos fortemente armados adentram abruptamente o hospital, resgatam o colega-bandido-paciente. Quem se contrapor à isso, estará sujeito à violência extrema, com risco de perda da vida. É exatamente isso que aconteceu: trabalhadores da saúde perdendo vidas em nome da bandidagem. Cena carioca que se multiplica em todo os grandes centros urbanos do País.

Contudo, não é dessa violência que se quer falar, e sim da ‘violência invisível’, institucional, a que mais de 3,5 milhões de trabalhadores de saúde que prestam assistência à população brasileira estão submetidos, cotidianamente.

A recente pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (MACHADO ET AL., 2015)*, por iniciativa do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), apresenta dados sobre esse contingente de mais de 1,8 milhão que leva a afirmar que há uma violência instituída que produz efeitos deletérios afetando não só a saúde física desses profissionais como também sua saúde mental e emocional. Observe algumas evidências:

Os pesquisadores analisaram os dados sobre mercado de trabalho e mostram que

[...] a Enfermagem vem demonstrando, ao longo do tempo, problemas de empregabilidade plena. Os dados aqui apresentados atestam essa situação quando 10,1% declararam ter experimentado a condição de ‘desemprego’ nos últimos 12 meses, ou seja, mais de 182 mil. Essa situação é agravada entre os enfermeiros, apresentando índices de 12,4%, ou seja, mais de 51 mil afirmam ter experimentado ficar desempregado nos últimos 12 meses. (MACHADO ET AL., 2016, P. 57).

A questão do trabalho inseguro e precário é um fato que atinge milhares de trabalhadores da enfermagem provocando efeitos nocivos à vida desses trabalhadores.

Motivo de alerta é o fato de ter sido detectado em torno de 59 mil trabalhadores (3,3%) em situação de ‘subjornada de trabalho’, trabalhando igual ou menos de 20 horas semanais, considerando, como dito acima, todas as suas atividades no âmbito da enfermagem. É possível detectar mais de 31 mil que declaram menos de 10 horas semanais, ou seja, 1,8% do total do contingente. Essa ‘subjornada’ encontrada, como foi dito anteriormente, está associada ao trabalho em forma de ‘bico’, no qual o profissional trabalha, quando há oportunidade, no formato ‘hora trabalhada’, seja na assistência ou em outras áreas da enfermagem. Neste sentido, não se configura em um emprego formal. (MACHADO ET AL., 2016, P. 39).

¹ Socióloga. Doutora em sociologia. Pesquisadora titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Coordenadora-geral da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil (Fiocruz/Conselho Federal de Enfermagem - Cofen). machado@ensp.fiocruz.br

² Enfermeiro. Presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) - Brasília (DF), Brasil. nericoren@gmail.com

* Para mais críticas, ver o Relatório final da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, Fiocruz-Cofen, Rio de Janeiro, 2015. Volume 1.

Por outro lado, o rendimento mensal declarado da equipe de enfermagem pelas atividades e vínculos que praticam indica uma categoria profissional com pouco reconhecimento no mercado de trabalho, apesar de ser uma profissão essencial para o sistema de saúde, seja público ou privado. É o que informa a pesquisa:

Considerando a renda mensal total de todos os empregos e atividades que a equipe exerce, constata-se que: Primeiro, mesmo com a soma de todas as atividades, tem-se 1,8% da equipe (em torno de 32 mil pessoas) percebem menos de 1 SM (à época equivalente 680 reais /2013) por mês; os dados da pesquisa mostram um número elevado de pessoas (17,6%) que declara ter renda mensal de até 1.000 reais, reforçando a hipótese de subemprego quando o maior percentual encontrado entre eles é na faixa salarial de 1.001 - 2.000 reais, que, junto com a faixa anterior vai representar 47,6% de todo o contingente. Registra-se que 63,6% percebem salário de até 3.000 reais e 70,4% de até 4 mil reais. Há outras atividades autônomas remuneradas da enfermagem, como a assistência domiciliar. No entanto, tal fato não muda realidade salarial, pois o que se torna determinante são os vínculos nos setores público, privado, filantrópico e ensino. (MACHADO ET AL., 2016, P. 51).

Outra informação importante que gera essa violência invisível é que apenas 29%

se sentem protegidos em seu ambiente de trabalho; 53% (metade) são maltratados, chegando à violência física, pela população usuária; 20%, ou seja, 360 mil trabalhadores, sofreram violência (física /psicológica) nos últimos 12 meses; 11% foram acometidos de acidentes de trabalho nesses últimos meses; 56%, ou seja, mais da metade do contingente, adoeceram recentemente, e tiveram que procurar atendimento médico; 77% são, declaradamente, sedentários; 66% se sentem com desgaste profissional.

Apesar de sua essencialidade no sistema de saúde, esses profissionais não recebem a devida atenção e respeito nas instituições de saúde, 60% afirmam que não são atendidos na própria instituição que trabalham, quando necessitam de atendimento médico. Da mesma forma, independentemente da modalidade de sua jornada de trabalho (noturno ou diurno), mais da metade (55%) denuncia que não dispõe de qualquer infraestrutura de descanso durante sua extensa jornada de trabalho.

A pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil mostra ainda que, apesar de jornadas longas, têm salários extremamente baixos, configurando em clara condição de subsalários. É possível afirmar que essa violência instituída no cotidiano deles é uma violência institucionalizada, que se torna nociva para a saúde desses trabalhadores responsáveis pela assistência direta à população. ■

Referência

MACHADO, M. H. et al. (Coord.). *Relatório Final da Pesquisa da Enfermagem no Brasil*. 28 v. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília, DF: Cofen, 2015.